

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO
GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros da
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da Administração. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 16 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992-F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Martins Alves', is written over a horizontal blue line.

José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	8.646	11.034	Fornecedores	14	71.028	66.139
Aplicações financeiras	5	55.073	63.380	Empréstimos e financiamentos	15	42.156	36.997
Contas a receber	6	135.151	127.802	Obrigações trabalhistas	16	38.405	35.797
Estoques	7	27.230	27.100	Obrigações tributárias	17	10.454	11.429
Impostos a recuperar	8	2.550	6.799	Outras contas a pagar	18	4.883	9.741
Outros créditos		2.925	1.551			166.926	160.103
		231.575	237.666				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos em garantia	9	14.003	12.254	Empréstimos e financiamentos	15	478.036	435.840
Depósitos judiciais		14.988	2.233	Contingências	19	51.307	35.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	6.777	28.739	Outras contas a pagar	18	-	4.929
Ativo financeiro	11	207.424	196.117			529.343	475.890
		243.192	239.343				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	12	99.592	101.252	Capital social	21.a	1.062.831	969.140
	13	1.406.990	1.294.412	Reserva de lucros	21.b	222.249	267.540
		1.506.582	1.395.664			1.285.080	1.236.680
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		1.981.349	1.872.673			1.981.349	1.872.673

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	893.008	836.133
Custo de operação e manutenção	23	(559.706)	(514.927)
Lucro bruto		333.302	321.206
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais	24	(11.909)	(12.714)
Despesas administrativas	25	(230.506)	(192.040)
Outras receitas e despesas	26	10.889	(7.384)
		(231.526)	(212.138)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		101.776	109.068
Resultado financeiro líquido	27	(30.806)	(15.655)
Resultado antes dos impostos		70.970	93.413
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	(608)	(1.511)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	(21.962)	(1.315)
		(22.570)	(2.826)
Lucro líquido do exercício		48.400	90.587
Lucro por ação (Em R\$)		0,17	0,32

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	48.400	90.587
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	48.400	90.587
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	48.400	90.587
	<u>48.400</u>	<u>90.587</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Capital Social	Reservas de lucros			Reserva de lucros	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para Investimento		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	891.788	14.546	56.636	183.123	-	1.146.093
Aumento de capital, com juros sobre capital próprio	77.352	-	-	-	-	77.352
Lucro líquido do período	-	-	-	-	90.587	90.587
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(77.352)	(77.352)
Reserva de incentivo fiscal	-	4.447	-	-	(4.447)	-
Reserva legal	-	-	4.529	-	(4.529)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	4.259	(4.259)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	969.140	18.993	61.165	187.382	-	1.236.680
Aumento de capital, com juros sobre capital próprio	93.691	-	-	-	-	93.691
Lucro líquido do período	-	-	-	-	48.400	48.400
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(93.691)	(93.691)
Reserva de incentivo fiscal	-	5.077	-	-	(5.077)	-
Reserva legal	-	-	2.420	-	(2.420)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	(52.788)	52.788	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.062.831	24.070	63.585	134.594	-	1.285.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.400	90.587
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	44.524	41.964
Depreciações	6.551	6.118
Provisão para perdas esperadas	33.674	15.339
Custo na alienação do intangível	1.224	12.773
Custo na alienação do imobilizado	197	2.473
Provisão para contingências	16.186	(1.386)
Impostos diferidos IR/CSLL	21.962	1.315
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	40.976	37.090
	<u>213.694</u>	<u>206.273</u>
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(41.023)	(20.734)
Estoques	(130)	2.939
Impostos e contribuições a recuperar	4.249	3.033
Depósitos judiciais	(12.755)	(1.482)
Outros créditos	(1.374)	4.801
	<u>(51.033)</u>	<u>(11.443)</u>
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	4.889	(15.717)
Obrigações trabalhistas	2.608	3.042
Impostos e contribuições	(975)	(33)
Parcelamentos tributos e contribuições sociais	-	-
Outras contas a pagar	(9.787)	(13.932)
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(40.594)	(36.724)
	<u>(43.859)</u>	<u>(63.364)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>118.802</u>	<u>131.466</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	6.558	20.379
Intangível	(169.633)	(173.487)
Imobilizado	(5.088)	(33.792)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(168.163)</u>	<u>(186.900)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	93.691	77.352
Juros sobre capital próprio	(93.691)	(77.352)
Financiamentos obtidos para obras	70.068	72.321
Amortizações de financiamentos para obras	(23.095)	(21.050)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>46.973</u>	<u>51.271</u>
Diminuição de caixa e equivalente de caixa	<u>(2.388)</u>	<u>(4.163)</u>
Caixa e equivalente no início do exercício	11.034	15.197
Caixa e equivalente no final do exercício	8.646	11.034
Diminuição de caixa e equivalente de caixa	<u>(2.388)</u>	<u>(4.163)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas operacionais	957.740	921.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.674)	(15.339)
Outras receitas	10.889	(7.384)
	<u>934.955</u>	<u>898.468</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(16.906)	(12.898)
Outros materiais consumidos	(52.409)	(48.883)
Energia elétrica	(91.954)	(89.141)
Serviços de terceiros contratados	(276.998)	(256.371)
Outras despesas operacionais	(42.683)	(22.782)
	<u>(480.950)</u>	<u>(430.076)</u>
Valor adicionado bruto	<u>454.005</u>	<u>468.392</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(44.524)	(41.964)
Depreciações	(6.551)	(6.118)
	<u>(51.075)</u>	<u>(48.082)</u>
Valor adicionado líquido	<u>402.930</u>	<u>420.310</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.825	17.751
Valor adicionado total a distribuir	<u>417.755</u>	<u>438.061</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	171.190	173.673
Honorários da diretoria e conselhos	2.772	2.712
Programa de participação nos resultados	7.293	7.500
	<u>181.256</u>	<u>183.885</u>
Governos		
Tributos federais	88.537	100.780
Tributos federais diferidos	21.962	1.315
	<u>110.499</u>	<u>102.095</u>
Financiadores		
Aluguéis	31.969	28.088
Encargos financeiros	45.631	33.406
	<u>77.600</u>	<u>61.494</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	93.691	77.352
	<u>93.691</u>	<u>77.352</u>
Lucros retidos do exercício	<u>(45.291)</u>	<u>13.235</u>
Valor total	<u>417.755</u>	<u>438.061</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, localizada à rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso do Sul e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao saneamento básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais.

Atualmente as operações da Companhia são representadas por 68 concessões, representadas pelos seguintes:

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	10 fevereiro, 2020	10 fevereiro, 2050	30	24,1
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	15,2
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Anastacio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	12,8
Anaurilândia	22 maio, 2019	22 maio, 2049	30	23,3
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	15,6
Aparecida do Taboado	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	vencido
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	15,6
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	14,2
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	15,7
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Bonito	29 março, 2016	29 março, 2046	30	20,2
Brasilândia	21 dezembro, 2015	21 dezembro, 2045	30	19,9
Caarapó	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	23,3
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	12,8
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	15,7
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	14,6
Coronel Sapucaia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	13,9
Corumbá	23 maio, 2019	23 maio, 2049	30	23,3
Coxim	3 julho, 2023	31 dezembro, 2033	11	8,0
Deodapolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	15,9
Dois Irmãos do Buriti	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	23,3

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Douradina	15 maio, 2019	15 maio, 2049	30	23,3
Dourados	9 setembro, 2019	9 setembro, 2049	30	23,7
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	15,9
Fátima do Sul	16 outubro, 2019	16 outubro, 2049	30	23,8
Figueirão	20 maio, 2019	20 maio, 2049	30	23,3
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Iguatemi	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	23,3
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	13,8
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Itaquiraí	5 agosto, 2019	5 agosto, 2049	30	23,6
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	15,6
Japorã	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	23,5
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	13,7
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	12,9
Juti	26 junho, 2019	26 junho, 2049	30	23,4
Ladário	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	20,9
Laguna Carapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	13,9
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	15,4
Miranda	23 setembro, 2014	23 setembro, 2044	30	18,7
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	14,9
Naviraí	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	20,9
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	12,8
Nova Alvorada do Sul	7 julho, 2020	7 julho, 2050	30	24,5
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	15,3
Novo Horizonte do Sul	17 julho, 2019	17 julho, 2049	30	23,5
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	12,9
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	16,2
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	13,9
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	16,3
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	15,3
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	15,9
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	13,9
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	12,7
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	14,2
Santa Rita do Pardo	25 junho, 2019	25 junho, 2049	30	23,4
Selvíria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	17,4
Sete Quedas	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	23,5
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	13,9
Sonora	11 julho, 2019	11 julho, 2049	30	23,5
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	16,3
Taquarussu	15 outubro, 2019	15 outubro, 2049	30	23,8
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	12,8
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	15,1
Vicentina	31 julho, 2019	31 julho, 2049	30	23,6

A Sanesul opera de forma plena, sistemas de água e esgotamento sanitário em 68 (sessenta e oito) dos 79 (setenta e nove) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dos 68 (sessenta e oito) contratos celebrados com os municípios, 66 (sessenta e seis) são por meio de Contratos Programa, por Gestão Associada, seguindo o previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, 01 (um) ainda por Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada, e 01 (um) sem qualquer instrumento válido em caráter precário.

Coxim

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada foi prorrogado até 31 de dezembro de 2033, com base no Decreto Federal nº 11.598/2023, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

Aparecida do Taboado

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada celebrado em 05 de julho de 2000, e não houve nova contratação em virtude da Câmara Municipal rejeitar o Projeto de Lei Municipal nº 16/2020, datado de 10 de junho de 2020, que solicitava autorização para firmar Gestão Associada com o Governo do Estado e consequente celebração de novo contrato, seguindo o que possibilitava a Lei Federal nº 11.445/2007 à época.

Ocorre que em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento, em seu Art. 10 é taxativa quanto à obrigatoriedade de processo licitatório para contratação desses serviços, senão vejamos:

“Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por Companhia que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”.

Desde então a Sanesul vem operando os sistemas de água e esgotamento sanitário até que o município decida, uma vez que a titularidade dos serviços é sua, tomar para si a gestão ou concedê-la a terceiro mediante licitação.

1.1. Parceria Publica Privada (“PPP”)

Em 05 de fevereiro de 2021 foi assinado contrato de Parceria Pública Privada (PPP) junto à empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., vencedora do certame licitatório realizada em 23 de outubro de 2020, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de concessão administrativa, para universalizar os serviços de esgotamento sanitário em até dez anos nos 68 municípios operados pela SANESUL. Em 05 de maio de 2021 foi assinado a Ordem de Serviço para início das atividades de operação e manutenção, bem como, dos investimentos necessários à universalização dos serviços. Para o período da contratação estão previstos investimentos que garantem a operação, manutenção e a universalização desses serviços, em contrapartida será atribuída uma remuneração mensal a título de contraprestação, baseados nos volumes a serem faturados de esgotos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2026.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- I. Nota Explicativa nº 6: contas a receber (provisão para perdas de crédito esperadas) e reconhecimento da receita não faturada (estimativa baseada na média de consumo);
- II. Nota Explicativa nº 10: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- III. Nota Explicativa nº 11: ativo financeiro e ativo intangíveis vinculados a concessão – definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente;
- IV. Nota Explicativa nº 12: imobilizado (vida útil);
- V. Nota Explicativa nº 13: intangível (vida útil);
- VI. Nota Explicativa nº 19: contingências;

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4. Ativo Financeiro – Contrato de Programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020 que atualizou o marco legal do Saneamento, extinguiu a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através de Gestão Associada, que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como “Ativo Financeiro”, esses créditos junto ao poder concedente, visto que o novo Marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos.

O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo (TLP) vigente em dezembro de 2025 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre eles, tendo em vista que as concessões, através de Contrato de Programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões (Nota Explicativa nº 11).

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Foi emitido laudo de revisão de vida útil em 2024 com as seguintes vidas útil de maneira prospectiva:

- Construções: 15 anos;
- Benfeitorias: 50 anos (média);
- Equipamentos: 15 anos (média);
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Veículos administrativos: 7,5 anos (média);
- Veículos operacionais: 15 anos;
- Móveis e utensílios: 11,75 anos (média).

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.6. Intangível

Contratos de Programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 13).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente amortizado ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.8. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

Ativo de contrato/obras em andamento

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro. Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato. Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia sujeita à tributação, ou sobre Companhias tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.12. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.13. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;

- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos;
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis;
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

- c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Companhias abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública¹: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.16. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

¹ IFRB 2024/06 – IASB issues IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures ([link](#))

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28:

	31/12/2025	31/12/2024
Conta movimento	1.375	4.912
Conta arrecadação	2.735	158
Fundo fixo	37	37
Conta vinculada	200	915
Valores em trânsito	4.299	5.012
	<u>8.646</u>	<u>11.034</u>

5. Aplicações financeiras/depósitos em garantia

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	23.404	31.734
Caixa Econômica Federal	31.639	31.623
Banco Itaú S.A.	30	23
	<u>55.073</u>	<u>63.380</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de água e esgotos	208.533	183.829
Serviços incorridos e não faturados	34.111	31.940
Outros serviços	66.199	59.173
	<u>308.843</u>	<u>274.942</u>
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(173.692)	(147.140)
	<u>135.151</u>	<u>127.802</u>

O Cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a faturar	34.112	31.940
Valores faturados		
A vencer	75.611	70.866
Vencido de 1 a 30 dias	26.839	22.421
Vencido de 31 a 90 dias	17.046	8.567
Vencido de 91 a 120 dias	7.227	2.820
Vencidos acima de 120 dias	125.454	116.761
	<u>286.289</u>	<u>253.375</u>
Parcelamentos a vencer	22.554	21.567
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (a)	(173.692)	(147.140)
	<u>135.151</u>	<u>127.802</u>

(a) Provisão para perdas esperadas: a Companhia mensura sua provisão para perdas de créditos esperadas com base na estimativa de perda para os próximos 12 meses, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

7. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Material de manutenção e conservação	26.741	26.601
Material de expediente	489	499
	<u>27.230</u>	<u>27.100</u>

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recuperar	2.216	5.845
CSLL a recuperar	334	954
	<u>2.550</u>	<u>6.799</u>

9. Depósitos em garantia

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal SPE Esgoto	12.029	10.529
Caixa Econômica Federa PPP Energia	1.974	1.725
	<u>14.003</u>	<u>12.254</u>

Os recursos depositados na conta garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da Companhia perante a SPE em razão do contrato de parceria público privada na gestão dos serviços de esgotamento sanitário e energia solar fotovoltaica, devendo ficar vinculados ao contrato, desde a sua assinatura até o final da liquidação, não podendo ser movimentados.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	31/12/2025	Reconhecidos no resultado	31/12/2024
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	4.618	(7.323)	11.941
Provisões para perdas de créditos esperadas	7.372	(15.005)	22.377
Prejuízo fiscal do imposto de renda	-	(3.883)	3.883
Base negativa da CSLL	447	(951)	1.398
	<u>12.437</u>	<u>(27.162)</u>	<u>39.599</u>
Passivo não circulante			
Receitas a faturar	(3.070)	7.790	(10.860)
Ajuste societário depreciação/amortização	(2.590)	(2.590)	-
	<u>(5.660)</u>	<u>5.200</u>	<u>(10.860)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>6.777</u>	<u>(21.962)</u>	<u>28.739</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de impostos - corrente

	31/12/2025		31/12/2024	
	%	R\$	%	R\$
Reconciliação taxa efetiva				
Resultado antes dos impostos		70.970		93.413
Juros sobre o capital próprio		93.691		77.352
		(22.721)		16.061
Impostos pela alíquota fiscal	9,00%	(2.045)	34,00%	5.461
Adições/exclusões	-6,32%	1.437	-43,41%	(6.972)
	2,68%	(608)	-9,41%	(1.511)

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL, sociedade de economia mista prestadora de serviço público de saneamento básico, em regime de exclusividade e sem intuito de lucro, teve reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal a imunidade recíproca tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, nos autos da Ação Cível Originária nº 3127 (ACO 3127).

Referida decisão do STF conferiu à SANESUL a proteção constitucional contra a exigência de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados à sua finalidade essencial, consolidando entendimento de que a atividade de saneamento prestada por empresas estatais, sob determinadas condições, está abrangida pela imunidade recíproca.

A decisão transitou em julgado em 1 de abril de 2025.

11. Ativo financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Concessões indenizáveis	207.424	196.117
	207.424	196.117

Refere-se ao montante esperado de recebimento, junto ao poder concedente, pelos investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que não serão amortizados até o final do prazo das concessões em cada município, oram trazidos a valor presente, com aplicação de uma taxa de desconto de 7,82% ao ano. Taxa equivalente à TLP - Taxa de Longo Prazo vigente em dezembro de 2025.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	01/01/2025	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Custo						
Terrenos		15.537	645	-	-	16.182
Construções/benfeitorias		37.110	317	5.174	-	42.601
Móveis e utensílios		10.379	601	61	(101)	10.940
Equipamentos		35.175	940	2.751	(1.249)	37.617
Veículos		60.119	395	-	(172)	60.342
Equipamentos informática		5.408	249	2	(184)	5.475
Obras em andamento		15.656	2.800	(8.873)	-	9.583
		179.384	5.947	(885)	(1.706)	182.740
Depreciação						
Construções/benfeitorias	2,93%	(9.314)	(643)	-	-	(9.957)
Móveis e utensílios	10,83%	(7.171)	(494)	-	94	(7.571)
Equipamentos	9,46%	(17.309)	(2.141)	-	1.044	(18.406)
Veículos	12,22%	(39.767)	(3.029)	-	197	(42.599)
Equipamentos informática	20,00%	(4.571)	(219)	-	175	(4.615)
		(78.132)	(6.526)	-	1.510	(83.148)
		101.252	(579)	(885)	(196)	99.592

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação	01/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo						
Terrenos		5.541	882	9.223	(109)	15.537
Construções/benfeitorias		40.759	104	(1.150)	(2.603)	37.110
Móveis e utensílios		11.242	568	116	(1.547)	10.379
Equipamentos		13.874	1.381	36.894	(16.974)	35.175
Veículos		29.893	-	31.552	(1.326)	60.119
Equipamentos pesados		29.916	16	(29.932)	-	-
Equipamentos informática		8.697	335	33	(3.657)	5.408
Ferramentas/ferramental		346	40	(386)	-	-
Telefones		6	-	(6)	-	-
Obras em andamento		7.214	9.154	(712)	-	15.656
		147.488	12.480	45.632	(26.216)	179.384
Depreciação						
Construções/benfeitorias	2,93%	(10.023)	(627)	(22)	1.358	(9.314)
Móveis e utensílios	10,83%	(7.757)	(669)	(209)	1.464	(7.171)
Equipamentos	9,46%	(8.732)	(1.588)	(23.029)	16.040	(17.309)
Veículos	12,22%	(19.979)	(1.356)	(19.714)	1.282	(39.767)
Equipamentos pesados	25,00%	(16.800)	(1.666)	18.466	-	-
Equipamentos informática	20,00%	(7.809)	(211)	(149)	3.598	(4.571)
Ferramentas/ferramental	20,00%	(337)	(1)	338	-	-
		(71.437)	(6.118)	(24.319)	23.742	(78.132)
		76.051	6.362	21.313	(2.474)	101.252

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Intangível

	Saldos em 01/01/2025	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	952.078	27.552	24.058	(4.017)	999.671
Sistemas de esgotamento sanitário	767.033	17.401	114.787	(51)	899.170
Subvenções recebidas	(167.403)	(21.965)	-	-	(189.368)
	<u>1.551.708</u>	<u>22.988</u>	<u>138.845</u>	<u>(4.068)</u>	<u>1.709.473</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(298.882)	(27.291)	-	2.799	(323.374)
Sistemas de esgotamento sanitário	(111.775)	(17.259)	-	45	(128.989)
	<u>(410.657)</u>	<u>(44.550)</u>	<u>-</u>	<u>2.844</u>	<u>(452.363)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	74.376	52.588	(16.994)	-	109.970
Sistemas de esgotamento sanitário	275.102	97.547	(120.966)	-	251.683
Subvenções recebidas	-	(4.349)	-	-	(4.349)
	<u>349.478</u>	<u>145.786</u>	<u>(137.960)</u>	<u>-</u>	<u>357.304</u>
Ativo financeiro	<u>(196.117)</u>	<u>-</u>	<u>(11.307)</u>	<u>-</u>	<u>(207.424)</u>
	<u>1.294.412</u>	<u>124.224</u>	<u>(10.422)</u>	<u>(1.224)</u>	<u>1.406.990</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldos em 01/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	928.955	33.815	33.362	(44.054)	952.078
Sistemas de esgotamento sanitário	751.393	22.252	1.968	(8.580)	767.033
Subvenções recebidas	(138.260)	(29.143)	-	-	(167.403)
	<u>1.542.088</u>	<u>26.924</u>	<u>35.330</u>	<u>(52.634)</u>	<u>1.551.708</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(316.522)	(26.046)	10.917	32.769	(298.882)
Sistemas de esgotamento sanitário	(115.533)	(15.918)	12.583	7.093	(111.775)
	<u>(432.055)</u>	<u>(41.964)</u>	<u>23.500</u>	<u>39.862</u>	<u>(410.657)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	77.199	47.082	(49.905)	-	74.376
Sistemas de esgotamento sanitário	184.547	120.794	(30.239)	-	275.102
Subvenções recebidas	-	-	-	-	-
	<u>261.746</u>	<u>167.876</u>	<u>(80.144)</u>	<u>-</u>	<u>349.478</u>
Ativo financeiro	<u>(146.896)</u>	<u>-</u>	<u>(49.221)</u>	<u>-</u>	<u>(196.117)</u>
	<u>1.224.883</u>	<u>152.836</u>	<u>(70.535)</u>	<u>(12.772)</u>	<u>1.294.412</u>

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil dos bens.

O montante líquido de transferência R\$ 11.307, referente ao ativo financeiro (Nota Explicativa nº 11).

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de serviços e materiais - (a)	39.827	36.079
Fornecedores de serviços e materiais a faturar	31.201	30.060
	<u>71.028</u>	<u>66.139</u>

- (a) O saldo está representado por empresas contratadas com fornecimentos de materiais, manutenção, execução de projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Banco	Juros (a.a.)	31/12/2025	31/12/2024
Programa saneamento p/ todos	CEF	De 6% a 6,5%	468.610	457.743
BNDES	CEF	7,45% + IPCA	24.345	-
FCO	BB	9,657%	27.237	15.094
			<u>520.192</u>	<u>472.837</u>

Circulante	42.156	36.997
Não circulante	478.036	435.840

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
36.684	39.977	40.130	39.952	321.293	478.036

Garantias

As operações de financiamentos, são garantidos pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	148	208	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	218	307	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	303	426	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	266	361	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	1.442	1.632	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.616	6.273	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	875	1.038	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	2.206	2.517	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.215	4.809	CAIXA	240	Fev de 2031
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	9.785	10.805	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	580	628	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Prog San Todos Itaquirai Água	UPR juros 6% a.a.	1.206	1.302	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	1.576	1.696	CAIXA	240	Out de 2033
376945-45	Prog San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	3.011	3.218	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	2.577	2.754	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Prog San Todos Ponta Porã Água	UPR juros 6% a.a.	18.069	16.969	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Prog San Todos Três Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	23.491	24.214	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Prog San Todos Dourados Água	UPR juros 6% a.a.	62.308	61.117	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Prog San Todos Amambai Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.734	14.543	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Prog San Todos Bataiporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.322	3.416	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Prog San Todos Guia L. Laguna Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.950	8.173	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Prog San Todos Paranaíba Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.535	8.281	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Prog San Todos Jardim Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.274	6.848	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Prog San Todos Sidrolândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.480	13.794	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Prog San Todos Paranhos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.741	1.779	CAIXA	264	Jun de 2040

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
505705-24	Prog San Todos Ribas R.Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.402	2.454	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Prog San Todos Chapadão Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.709	8.888	CAIXA	268	Out de 2040
505695-07	Prog San Todos Maracaju Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.696	9.428	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Prog San Todos Antonio João Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.690	3.762	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Prog San Todos Ponta Porã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.953	8.106	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Prog San Todos Naviraí Esgoto	UPR juros 6% a.a.	20.810	20.447	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Prog San Todos Nova Andradina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.763	12.226	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Prog San Todos Aquidauana Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.528	9.396	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Prog San Todos Terenos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.105	3.194	CAIXA	247	Jan de 2039
478850-92	Prog San Todos Bonito Água	UPR juros 6% a.a.	3.577	3.749	CAIXA	218	Fev de 2036
521.467-78	Prog San Todos Bataguassu Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.672	3.738	CAIXA	248	Jun de 2041
521.317-57	Prog San Todos Japora Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.389	2.432	CAIXA	247	Mai de 2041
521.477-93	Prog San Todos Anaurilandia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.795	2.843	CAIXA	250	Ago de 2041
521.473-56	Prog San Todos Anastacio Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.389	5.539	CAIXA	215	Dez de 2038
521.469-96	Prog San Todos Aral Moreira Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.366	4.473	CAIXA	231	Abr de 2040
521.452-01	Prog San Todos Dois Irmãos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.266	2.302	CAIXA	248	Jan de 2042
521.451-98	Prog San Todos Figueirão Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.681	2.725	CAIXA	253	Nov de 2041
521.450-84	Prog San Todos Iguatemi Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.131	6.881	CAIXA	263	Set de 2042
521.282-48	Prog San Todos Rio Brilhante Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.312	6.484	CAIXA	231	Jan de 2040
521.279-93	Prog San Todos Rio Verde Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.402	3.477	CAIXA	253	Abr de 2040
521.449-43	Prog San Todos Inocência Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.994	6.141	CAIXA	206	Nov de 2039
521.448-39	Prog San Todos Itaporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.827	5.685	CAIXA	196	Jan de 2039
521.321-16	Prog San Todos Ivinhema Esgoto	UPR juros 6% a.a.	21.002	21.101	CAIXA	223	Set de 2041
521.281-34	Prog San Todos Rio Negro Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.225	8.447	CAIXA	189	Dez de 2038
521.278-89	Prog San Todos Santa Rita Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.171	3.213	CAIXA	240	Nov de 2042

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
521.312-05	Prog San Todos Mundo Novo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.651	10.592	CAIXA	216	Jan de 2041
521.314-23	Prog San Todos Laguna Caarapã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.565	2.612	CAIXA	218	Jan de 2041
521.307-31	Prog San Todos Novo Horizonte Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.081	6.151	CAIXA	240	Ago de 2042
521.465-50	Prog San Todos Caarapó Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.918	8.836	CAIXA	240	Ago de 2043
521.283-53	Prog San Todos Pedro Gomes Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.229	7.404	CAIXA	208	Ago de 2040
521.251-70	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	43	44	CAIXA	240	Dez de 2041
521.316-42	Prog San Todos Ladário Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.276	3.325	CAIXA	240	Abr de 2042
521.454-29	Prog San Todos Caracol Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.073	4.142	CAIXA	233	Out de 2043
521.466-64	Prog San Todos Brasilândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.917	7.699	CAIXA	240	Jan de 2043
521.310-88	Prog San Todos Nioaque Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.003	9.911	CAIXA	237	Jun de 2043
521.274-41	Prog San Todos Selviria Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.493	9.204	CAIXA	240	Mar de 2043
521.313-19	Prog San Todos Miranda Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.105	4.458	CAIXA	240	Set de 2043
521.270-05	Prog San Todos Camapuã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.400	6.320	CAIXA	195	Dez de 2039
544.584-73	Prog San Todos Nova Alvorada Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.803	9.613	CAIXA	240	Mar de 2046
260901992	FCO	2,563%a.a	-	15.000	B.Brasil	54	Dez de 2024
330701813	FCO	9,657% a.a.	22.923	-	B.Brasil	144	Nov de 2039
330701814	FCO	9,657% a.a.	4.000	-	B.Brasil	144	Nov de 2039
24.9.0226.1	BNDES	7,45% a.a + IPCA	24.259	-	CAIXA	192	Mar de 2044
	Juros incorridos a vencer		3.670	3.287			
	Total da dívida		<u>520.192</u>	<u>472.837</u>			
	Circulante		42.156	36.997			
	Não circulante		478.036	435.840			

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
INSS	3.099	2.939
FGTS	1.130	1.076
Salários a pagar	5.829	5.162
Rescisões contratuais	25	49
Participação no resultado	7.764	7.566
Provisões de férias e encargos sociais	20.558	19.005
	<u>38.405</u>	<u>35.797</u>

17. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	2.629	3.923
PIS-PASEP	570	841
IRRF salários	3.294	3.019
IRRF <i>pró-labore</i>	101	99
IRRF PJ	241	209
INSS retido na fonte	2.011	1.873
ISSQN retido na fonte	774	771
PCC retido na fonte	834	694
	<u>10.454</u>	<u>11.429</u>

18. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Retenções contratuais	61	61
Consignações a recolher	732	686
Pagamentos indevidos	3.297	3.188
Proc 0817025-82.2020 Ecol Engenharia Ltda	-	6.492
Proc 0854756-10.2023 Log Engenharia Ltda	-	3.882
Proc 852-75.2010.5 Sindágua	-	361
Convêno Itaipu Binacional/AGESUL (a)	793	-
	<u>4.883</u>	<u>14.670</u>
Circulante	4.881	9.741
Não circulante	-	4.929

- a) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com Itaipu Binacional e AGESUL, para desenvolvimento de “Projetos, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul” tendo como interveniente-anuente a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	31/12/2025	Reconhecidos no resultado	31/12/2024
Ações fiscais - (a)	13.187	12.935	252
Ações cíveis - (b)	22.552	1.893	20.659
Ações trabalhistas - (c)	15.568	1.358	14.210
	<u>51.307</u>	<u>16.186</u>	<u>35.121</u>

- a) Referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios;
- b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
- c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 39.608 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 59.554 em 2024).

20. Partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.772 (R\$ 2.712 em 31 de dezembro 2024) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis, benefícios diretos e gratificações por resultado.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 1.062.831 (R\$ 969.140 em 2024), e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2024).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

- i. Reserva legal - constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 63.585 (R\$ 61.165 em 2024);
- ii. Reserva para investimentos - destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social, o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 134.593 (R\$ 187.382 em 2024);
- iii. Reserva de Incentivo Fiscal - constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 24.070 (R\$ 18.993 em 2024).

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de abastecimento de água		
Residencial social	618	625
Residencial	489.657	480.342
Comercial	51.279	51.238
Industrial	2.726	2.158
Órgãos Públicos	72.640	70.280
Tarifa fixa	99.535	92.333
Receitas a faturar	1.138	1.022
Outras receitas dos serviços de água	43.240	42.435
	<u>760.833</u>	<u>740.433</u>
Serviços de esgoto		
Residencial social	161	159
Residencial	142.368	129.487
Comercial	22.621	21.871
Industrial	344	262
Órgãos Públicos	30.002	27.953
Receitas a faturar	1.033	616
Outras receitas dos serviços de esgoto	378	411
	<u>196.907</u>	<u>180.759</u>
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(11.542)	(15.173)
COFINS	(53.190)	(69.886)
	<u>(64.732)</u>	<u>(85.059)</u>
	<u><u>893.008</u></u>	<u><u>836.133</u></u>

23. Custo de operação e manutenção

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(132.502)	(128.071)
Material	(64.751)	(57.182)
Contraprestação - SPE	(112.991)	(100.548)
Serviços de terceiros	(209.560)	(202.074)
Outros	(9.028)	(8.773)
Amortização do intangível	(44.524)	(41.964)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	13.650	23.685
	<u>(559.706)</u>	<u>(514.927)</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Despesas comerciais

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(4.772)	(4.370)
Material	(18)	(14)
Serviços de terceiros	(7.097)	(8.257)
Outros	(22)	(73)
	<u>(11.909)</u>	<u>(12.714)</u>

25. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(78.286)	(86.894)
Material	(4.546)	(4.585)
Serviços de terceiros	(71.274)	(62.722)
Impostos e contribuições	(2.543)	(2.444)
Provisão para perdas esperadas	(49.860)	(13.953)
Depreciações	(6.551)	(6.118)
Outros	(17.446)	(15.324)
	<u>(230.506)</u>	<u>(192.040)</u>

26. Outras receitas e despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas		
Administração de serviço coleta de lixo	4.686	4.325
Doações	693	-
Subvenções para investimentos	5.077	4.446
Venda de bens do ativo imobilizado	1.378	-
Outras	987	1.858
	<u>12.821</u>	<u>10.629</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(429)	(2.745)
Custo de bens baixados	(1.421)	(15.246)
Outras	(82)	(22)
	<u>(1.932)</u>	<u>(18.013)</u>
	<u>10.889</u>	<u>(7.384)</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

27. Encargos financeiros líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	10.615	8.866
Outras	4.210	8.885
	<u>14.825</u>	<u>17.751</u>
Despesas financeiras		
Caixa (juros, taxas e variações)	(44.050)	(29.294)
Outras	(1.581)	(4.112)
	<u>(45.631)</u>	<u>(33.406)</u>
	<u>(30.806)</u>	<u>(15.655)</u>

28. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, a seguir. São adotados políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez;
- III. Risco de mercado;
- IV. Risco de taxa de juros.

i. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

ii. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	8.646	11.034
Aplicações financeiras	55.073	63.380
Contas a receber	135.151	127.802
Depósitos em garantia	14.003	12.254
	<u>212.873</u>	<u>214.470</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente, recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os Contratos de Programa. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de reversão dos sistemas de água e esgoto do poder concedente.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A composição da provisão para perdas de crédito esperadas em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos vencidos	147.140	133.811
Provisão para redução ao valor recuperável	26.552	13.329
	<u>173.692</u>	<u>147.140</u>

A Companhia avalia a existência, a necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada, a partir de estudo realizado no histórico dos últimos três anos de faturamento e sua perda efetiva, o índice identificado é aplicado como estimativa para os 12 meses prospectivos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	71.028	66.139
Empréstimos e financiamentos	520.192	472.837
	<u>591.220</u>	<u>538.976</u>
Circulante	113.184	103.136
Não circulante	478.036	435.840

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025	valor contábil	fluxo de caixa contratual	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	48 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	71.028	71.028	71.028	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	520.192	520.192	42.156	36.684	39.977	49.130	39.952	312.293

31 de dezembro de 2024	valor contábil	fluxo de caixa	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	66.139	66.139	66.139	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	472.837	472.837	36.997	36.997	36.997	37.352	37.352	287.142

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	8.646	11.034
Contas a receber	135.151	127.802
Aplicações financeiras	55.073	63.380
Depósitos em garantia	14.003	12.354
	<u>212.873</u>	<u>214.570</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	520.192	472.837
	<u>520.192</u>	<u>472.837</u>

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes, a que a Companhia está suscetível.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – elevação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 25%	Valor (R\$)	Elevação do índice em 50%	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	520.192	UPR	6	6	31.212	7,5	39.014	9	46.817
	<u>520.192</u>				<u>31.212</u>		<u>39.014</u>		<u>46.817</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 25%	Valor (R\$)	Redução do índice em 50%	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	520.192	UPR	6	6	31.212	4,5	23.409	3	15.606
	<u>520.192</u>				<u>31.212</u>		<u>23.409</u>		<u>15.606</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	8.646	11.034	8.646	11.034
Aplicações financeiras	55.073	63.380	55.073	63.380
Contas a receber	135.151	127.802	135.151	127.802
Depósitos em garantia	14.003	12.254	14.003	12.254
	<u>212.873</u>	<u>214.470</u>	<u>212.873</u>	<u>214.470</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	75.911	80.809	75.911	80.809
Empréstimos e financiamentos	520.192	472.837	520.192	472.837
	<u>596.103</u>	<u>553.646</u>	<u>596.103</u>	<u>553.646</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025			31/12/2024		
	valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	custo amortizado	valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	-	8.646	-	-	11.034	-
Aplicações financeiras	55.073	-	-	63.380	-	-
Contas a receber	-	135.151	-	-	127.802	-
Depósitos em garantia	14.003	-	-	12.254	-	-
	<u>69.076</u>	<u>143.797</u>	<u>-</u>	<u>75.634</u>	<u>138.836</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	75.911	-	-	80.809
Empréstimos e financiamentos	-	-	520.192	-	-	472.837
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>596.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>553.646</u>

29. Cobertura de seguro

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Há seguros contratados somente contra terceiros.

30. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

31. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	48.400	90.587
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Lucro por ação (em reais)	0,17	0,32